

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1051

Tribunais confirmam envio de proposta orçamentária ao Executivo

Após aprovar em sessões administrativas a proposta orçamentária contendo os valores do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal (PL 6613/09), os tribunais superiores e o Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) enviaram ofício informando o resultado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em contato nesta terça-feira, 16, com o setor financeiro de cada tribunal, a Fenajufe obteve a confirmação do envio das peças orçamentárias com o impacto do reajuste salarial, conforme orientação do STF, que já havia aprovado o seu orçamento em sessão administrativa do dia 3 de agosto, reafirmando a posição de que o Poder Executivo não pode fazer corte nas propostas orçamentárias do Poder Judiciário, conforme estabelece a Constituição Federal. O mesmo procedimento foi adotado pelo CSJT e CJF no que se refere aos orçamentos dos TRTs e dos TRFs, respectivamente.

No TSE, os ministros apreciaram a proposta orçamentária da Justiça Eleitoral para 2012 no dia 9 de agosto. Segundo o próprio tribunal, o ofício foi enviado ao Executivo no dia seguinte, quarta-feira da semana passada, 10. Na segunda-feira, 15, foi a vez de os ministros do TST e do STJ votarem seus orçamentos, também incluindo os valores do PCS.

Segundo matéria publicada no boletim *PGR Informa*, o Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público União (CASMPU) aprovou no dia 10 a proposta de plano plurianual da instituição para o período de 2012 a 2015 e a proposta orça-

mentária do MPU para o exercício financeiro de 2012. A proposta incluiu o Plano de Cargos e Salários dos servidores e foi encaminhada ao Executivo. Os valores aprovados no Conselho de Assessoramento dizem respeito ao impacto original do PL 6697/09, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Desafios à frente

Para os coordenadores da Fenajufe, a confirmação, por parte dos tribunais e do MPU, do envio dos orçamentos ao Ministério do Planejamento no prazo estabelecido, 15 de agosto, já é um avanço importante, uma vez que sinaliza a posição dos órgãos em relação à reivindicação dos servidores. No entanto, a categoria ainda tem um grande desafio pela frente, que é garantir a aprovação dos projetos na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Em declarações recentes aos veículos da grande imprensa, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, utilizou a crise econômica internacional para justificar a política do governo de reajuste zero aos servidores públicos federais.

Segundo ele, a orientação do Executivo é não aprovar qualquer projeto que gere novas despesas na área de pessoal. Na avaliação da Fenajufe, a melhor resposta da categoria a essa política é uma forte mobilização e a participação intensa no ato do dia 24 de agosto, com concentração na Catedral de Brasília, a partir das 10h. *Da Fenajufe*

Categoria elege delegados para Reunião Ampliada da Fenajufe

Em Assembléia Geral realizada nesta terça-feira, dia 16, na rampa do TRT, os servidores elegeram os delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe, no dia 25. A categoria discutiu e votou as propostas previstas na pauta, e foi aprovada a utilização de recursos do Fundo de Mobilização e Luta para a ida de servidores na Caravana a Brasília, no dia 24. A As-

sembleia reafirmou a disposição de enfrentamento e pressão, em Brasília, na defesa do PCS. Após as definições de encaminhamento da forma de votação, os servidores votaram e elegeram os dois delegados para a Reunião Ampliada. Os mais votados foram Paulo Roberto Koinski (JF) e Luiz Severino Duarte (JT).

CFT faz hoje Audiência Pública sobre PCS

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (CFT) promove nesta quarta-feira, dia 17, Audiência Pública sobre planos de carreiras dos servidores públicos, com destaque para os PCSs do Judiciário Federal e do MPU. O coordenador da Fenajufe Ramiro López será um dos debatedores, ao lado de representantes do STF, MPU e Ministério do Planejamento.

Pela manhã será realizada sessão da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Ctasp), que também poderá apreciar o PL 1992/09, que ins-

titui o regime de previdência complementar no serviço público. Na sessão do dia 10, o PL estava na pauta da sessão, mas não foi votado devido ao pedido de vista apresentado pelo relator, deputado Silvio Costa (PTB-PE). Mesmo questionado pelos membros da Comissão, o deputado disse que colocaria o projeto em votação na sessão desta semana.

Saiba mais sobre o projeto de previdência complementar em artigo assinado por Antônio Augusto de Queiroz, jornalista e assessor parlamentar da Fenajufe, disponível na página do SINTRAJUSC.

Encontro do Coletivo Jurídico será nos dias 19 e 20

Nos próximos dias 19 e 20, a Fenajufe realiza o 18º Encontro do Coletivo Jurídico, no Hotel Nacional, em Brasília. O Encontro reúne os assessores jurídicos e diretores da Federação e dos 25 sindicatos filiados, para debater os assuntos de interesse jurídico da categoria e dos servidores públicos em geral.

Nesta 18ª edição, serão tratados temas como o Direito de Greve no Serviço Público, o Projeto de novo

CPC (Código Processo Civil) e seus reflexos para servidores do Judiciário e MPU e seus advogados e a Revisão Geral Anual, entre outros, que serão expostos pelas assessorias jurídicas dos sindicatos. São esperados cerca de 80 participantes.

A Fenajufe teve a confirmação da presença do Presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, que proferirá a palestra de abertura.

PL que extingue cargo de auxiliar está com prazo para emendas na Ctasp

O Projeto de Lei 1868/2011, do TST, que dispõe sobre a extinção e transformação do cargo de Auxiliar Judiciário em Técnicos e Analistas Judiciários nos Quadros de Pessoal da Secretaria dos Tribunais Regionais do Trabalho, chegou à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Ctasp).

Segundo informações do assessor parlamentar Alexandre Marques, o deputado Roberto Santiago (PV/SP) foi designado relator da matéria na Comissão, onde, a partir desta segunda-feira, dia 15, está com prazo de cinco ses-

sões para apresentação de emendas. O PL 1868/2011 também será analisado pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT), Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), sendo a matéria sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões. Para o auxiliar do TRT-15, Luiz Augusto Andrade, a extinção do cargo trará muitos prejuízos para a categoria, principalmente com relação à aposentadoria. "Se houver a extinção e nós nos aposentarmos, não haverá parâmetro para o reajuste, por exemplo, da nossa aposentadoria", diz. *Fonte: Sindiquinze-SP*